



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

1. A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO E AS REFORMAS

CAMPINA GRANDE, PB. 1º DE MAIO

NAS COMEMORAÇÕES DO «DIA DO TRABALHO».

Ao aceitar antigo convite para visitar Campina Grande, justamente chamada a Porta do Sertão, e em cuja áspera história tão bem se reflete a indômita bravura dos sertanejos, tenho na imaginação aquêle paralelo de Rui Barbosa entre o sertão e o mar. «Sôbre um e outro se estende êsse mesmo enigma das majestades indecifráveis. De um e outro ressalta a mesma expressão de energia, força e poder a que se não resiste.»

Também aqui, ao contemplar o extraordinário desabrochar desta cidade, em pleno coração do Nordeste, e que de modesto empório comercial se transformou em verdadeira metrópole, centro de numerosas e prósperas atividades, não resiste qualquer pessimismo sôbre o futuro. Ê, pois, com entusiasmo e confiança que dirijo as minhas saudações e os meus agradecimentos a esta laboriosa população, de cuja boa acolhida guardarei sempre grata lembrança.

Como é próprio das coletividades em acelerada evolução, Campina Grande está principalmente voltada para o futuro. De fato, tudo aqui como que nos convida a olhar para frente. E, fazendo-o, ser-me-ia impossível deixar de meditar sôbre as grandes tarefas com que se defrontam os brasileiros. A primeira delas consiste em substituírmos o imediatismo de comportamento por uma visão de longo prazo dos problemas nacionais. Daí o empenho do Govêrno na elaboração de um plano decenal, a que denominamos de Plano de Perspectiva, e com o qual buscamos uma estratégia de desenvolvimento de alcance mediato.

Isso é necessário não só porque o planejamento da energia, do sistema de transportes e da indústria básica exige uma perspectiva mínima de dez a quinze anos, dado os longos períodos de construção, mas também por derivarem vários dos nossos graves problemas de hoje do imediatismo oportunista das decisões de ontem.

Não teríamos experimentado atraso no desenvolvimento da agricultura e da pecuária, gerando crises de abastecimento, se não houvéssimos, no passado, cedido à tentação imediatista de congelar ou tabelar preços, para atender aos reclamos do consumidor urbano.

A crise habitacional, em grande parte, proveio do desestímulo à construção, criada pelo congelamento de aluguéis e pelas distorções oriundas da inflação. A relutância em reajustar realisticamente as tarifas de transporte, eletricidade e telefones está na raiz da inadequação dos transportes, da insuficiência de energia e da extrema ineficiência do sistema de comunicações, que tantos empecilhos trazem ao desenvolvimento do país.

Tudo isso acentua a importância de pensarmos a longo prazo, evitando decisões agradáveis no momento, aconselhadas pelo oportunismo político, mas que representam simples transferência de problemas agravados para outras gerações. A isso se recusa o meu Governo, que procura legar ao seu sucessor uma perspectiva de longo alcance e um conjunto de medidas capaz de transformar o Brasil na grande nação que merece ser, que pode ser e que deve ser.

A segunda das nossas grandes tarefas é a democratização das oportunidades. Temos abusado do formalismo da democracia, cultivando sua forma externa e esquecendo sua substância mais profunda. As reformas que empreendi, como, por exemplo, a agrária e a habitacional, visam precisamente a democratizar oportunidades, principalmente a oportunidade de acesso à terra e à casa própria.

Há os pessimistas que negam o mérito ou a importância das reformas, porque ainda não surgiram milagres. Mas, já este ano, aplicada a tributação progressiva sobre a terra, começam a ser

distribuídos títulos de propriedade a lavradores que de há muito ocupavam a terra sem a esperança de a possuírem.

O programa habitacional já desponta como uma realidade, e uma realidade que se revelará principalmente benéfica para os trabalhadores, em cujo favor o Banco Nacional de Habitação lançou recentemente o programa de cooperativas sindicais de habitação. Estamos na fase inicial de ataque ao problema da democratização das oportunidades de acesso à educação, seja reduzindo rapidamente o analfabetismo, seja abrindo às classes menos privilegiadas amplas possibilidades de ensino médio e vocacional.

A terceira de nossas grandes tarefas deve ser adquirirmos disciplina e racionalidade de comportamento. Não devemos nem esperar milagres nem nos esquivarmos ante as dificuldades. Em face da anterior situação calamitosa, não se poderia realizar o milagre de promover a reconstrução nacional, num clima de abundância para todos, sem que sacrifícios fôssem impostos a todas as classes, inclusive o Governo.

Dos empresários tem exigido o Governo o pagamento fiel dos tributos sobre a renda e das contribuições para a previdência social, a eliminação de privilégios abusivos de crédito, o abandono do luxo e do desperdício, que estão sendo severamente tributados pelo impôsto de renda, e a busca contínua de produtividade.

Dos trabalhadores tem exigido o Governo o disciplinamento dos salários, porque êstes não representam apenas renda, mas também custo de produção. Nenhum país pode distribuir mais do que produz, e se quisermos reconstituir a cordilheira salarial do passado estaremos condenados a um contínuo agravamento da alta do custo de vida ou, o que é pior, à deterioração da capacidade do Governo, assim como da empresa privada de criarem novos empregos produtivos através de investimentos.

Dos habitantes das cidades temos exigido suportarem a elevação de certos preços de produtos agrícolas e pecuários, para melhor remuneração dos homens do campo, através de expansão do crédito rural e da política de preços mínimos. Se não tivermos a coragem de enfrentar os sacrifícios do presente, e insistirmos em repetir os erros do passado, estaremos comprometendo o futuro.

Falo-vos numa data que me enche de emoção, pois me ensaieja dirigir-me a quantos trabalham no Brasil. Este dia, que reúne a comunidade dos assalariados do mundo inteiro, melhor oportunidade não se me poderia oferecer, para estabelecer, através de um pronunciamento à Nação, um diálogo franco e leal, com os trabalhadores do país. Digo franco e leal porque, nestes dois anos de Governo Revolucionário, nunca recorri a processos demagógicos para angariar simpatias. E os atos que pratiquei, muito embora as críticas tendenciosas com que tentassem deturpar-lhes o sentido, nunca deixaram de ser orientados pelos mais elevados propósitos, visando apenas à reconstrução nacional, quer em relação à solução dos nossos problemas econômico-financeiros, quer no que diz respeito ao bem-estar e à tranquilidade dos brasileiros.

Ao promover medidas em benefício dos operários, sempre procurou o Governo agir com seriedade, estudando os problemas em profundidade, debatendo-os com os representantes da classe, e somente após esse longo processo de aferição de suas vantagens foram essas providências transformadas em leis. O acervo do que foi realizado é digno de registro, pois o que levamos a efeito, em favor dos assalariados, no curto período de dois anos, é superior ao que apresentam muitos governos, ditos trabalhistas.

Nunca será demais recordar o que a Revolução fez pelos trabalhadores, no campo das atividades do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, em cujo âmbito se situam os principais problemas relacionados com o bem-estar e a segurança dos trabalhadores. Numa síntese que não comporta comentários, relembra-rei apenas as seguintes providências, tôdas da maior relevância para a classe dos assalariados: moralização da previdência social; regulamentação do direito de greve e da inspeção do trabalho; aprovação das normas de organização dos sindicatos rurais, que já orçam por 420 unidades; cobrança das contribuições empresariais em atraso, exigindo-se a correção monetária dos débitos; reajustamento e atualização no pagamento dos benefícios; extinção do empreguismo e adoção do regime do mérito, com o aproveitamento dos concursados que, durante anos, aguardavam nomeação, sempre preteridos pelos interinos apadrinhados; melhoria e expansão da assistência médica, com o prosseguimento das obras

dos hospitais em construção e instalação do equipamento nos já concluídos ; assinatura de convênios com as emprêsas privadas no sentido de serem os benefícios pagos pelas próprias emprêsas que, no fim do mês, descontam do volume das suas contribuições, devidas aos Institutos de Aposentadoria, os adiantamentos feitos aos operários, nos próprios locais de trabalho ; estímulo aos cursos de liderança sindical ; pagamento a quase duzentos mil grupos famílias, num total superior a um milhão de menores beneficiários, do abono à família de prole numerosa.

Promovendo a valorização do salário real, em substituição à inflação dos salários fictícios, o Govêrno não esgotou aí sua preocupação pelo bem-estar e pela tranqüilidade da família operária. Seu objetivo tem horizonte mais amplo e envolve mesmo a instituição de uma nova política trabalhista, baseada no binômio : bem-estar doméstico e produtividade. Com efeito, não se compreende que os sindicatos limitem, como sempre aconteceu entre nós, sua ação a simples reivindicações salariais. Devem êles ampliar a esfera das suas atribuições, zelando pelo associado, não sômente ao promover a melhoria de seus vencimentos, mas, também, cuidando que êle possa dispor de casa própria e que receba uma educação à altura das suas necessidades profissionais. Nesse sentido, o Govêrno vem promovendo, desde algum tempo, um movimento de democratização das oportunidades, o que significa, em têrmos de implantação de uma nova política social, a associação dos sindicatos na promoção de uma reforma educacional, tendo em vista a realização de largos programas de treinamento e de educação dos trabalhadores sindicalizados e seus dependentes. Esse processo, indispensável ao aperfeiçoamento da vida nacional, depende essencialmente da capacidade de se propiciar o acesso à educação dos jovens e, mesmo adultos, destituídos de recursos, especialmente no ensino médio, no qual a rêde de estabelecimentos gratuitos é quantitativamente insuficiente em relação às exigências da explosão demográfica que se opera no país.

Considerando que essa deficiência educacional constitui sério entrave ao desenvolvimento nacional, o Govêrno, com as vistas novamente para os operários, instituiu um sistema especial de concessão de bôlsas de estudo, assegurando a gratuidade do ensino e

os gastos pessoais dos trabalhadores e seus dependentes desejosos de estudarem. Ainda este ano, serão aplicados quinze bilhões de cruzeiros num programa de desenvolvimento do ensino médio — compreendendo o secundário, o industrial, o comercial, o agrícola e o normal — mediante a concessão de 40.000 bolsas de estudo, sendo, em princípio, 30.000 de ensino e gastos pessoais e 10.000 exclusivamente para gastos pessoais. A distribuição dessas bolsas se fará através dos sindicatos, e o êxito do programa e a quantidade de bolsas atribuídas a cada uma dessas entidades dependerá da colaboração que por eles for prestada ao aperfeiçoamento da vida sindical brasileira. A execução desse programa, independentemente da melhoria que proporcionará aos próprios trabalhadores, por elevar-lhes o nível intelectual e abrir-lhes novos horizontes sociais, aumentará a percentagem de mão-de-obra qualificada do país, e, conseqüentemente, a correspondente melhoria dos níveis de produtividade em todos os setores.

Na execução desse programa, consubstanciado no binômio — bem-estar doméstico e produtividade — o Governo elaborou um plano inicial para construção de casas populares, através de um sistema de cooperativas, cujo objetivo é a edificação de 100.000 residências para trabalhadores no período de cinco anos. Programa a ser em breve expandido com auxílio de recursos da Agência Internacional do Desenvolvimento e do Banco Interamericano do Desenvolvimento. Essa iniciativa, de maior alcance social, permitirá que os assalariados, mediante o emprêgo de pequena parcela de sua remuneração profissional, possam dispor de um lar, que é seu, e transmissível à sua família. Nada menos que cinquenta e nove sindicatos já estão em contacto com o Banco Nacional de Habitação, desde que o programa foi lançado em 21 de março último, e 53 cooperativas se acham organizadas.

Tentando corrigir as distorções de uma economia que se hipertrofiava ao sôpro de acelerada inflação, pela qual se agravava o processo crônico de marginalização do elemento humano, mantendo o grosso de sua força ativa de trabalho em regime de subemprego e desemprego disfarçado, deve-se compreender o esforço do Governo para vencer tal situação. Ao lado do vasto plano de investimentos nas áreas menos desenvolvidas, como a do Nordeste,

onde se abrem novas frentes de trabalho para absorção de excedente de mão-de-obra, que antes migrava desordenadamente para outras regiões do país, viu-se o Govêrno na contingência de amparar grande número de trabalhadores, cujas emprêsas, por má administração ou falsas bases econômicas, alimentadas pela inflação galopante, tiveram de cerrar suas portas, deixando ao desamparo milhares de trabalhadores.

Como é sabido, o Govêrno já instituiu uma Comissão de Estudos do Seguro-Desemprego, composta de três representantes governamentais, três das classes empregadoras e três das classes de trabalhadores, a qual se empenha no estudo dos princípios sôbre os quais se baseará o projeto de lei a ser elaborado. Entretanto, até decorrer o necessário período de carência para o funcionamento dêsse seguro inteiramente nôvo e de complexa elaboração, a lei estabeleceu recursos para que, nesse interregno, sejam atendidas as crises agudas de desemprego eventual. Primeiro serão os casos de emergência de desemprego em massa, por fechamento total e parcial das emprêsas, que foi regulamentado pelo Decreto nº 58.155, de 5 de abril último, e ao qual se seguirá outro já em estudo pela referida Comissão, para atender, em escala mais ampla, outras áreas de desemprego.

O auxílio-desemprego, instituído pela lei, não deve constituir aspiração dos trabalhadores, nem deve ser atrativo, pois, a êles o que interessa é proporcionar-lhes o Govêrno meios de obter colocação digna, com a qual possam manter sua subsistência e a de suas famílias, obedecendo ao dispositivo constitucional. É esta a maior preocupação do Govêrno, dela resultando todo o seu empenho em instalar uma rede de agências de colocação devidamente aparelhada para cumprir essa relevante missão.

Através da regulamentação do auxílio ao desempregado, bem como para a criação e formação das agências de colocação, o Ministério do Trabalho está pondo tôda a ênfase na colaboração dos órgãos de classe, especialmente nos sindicatos, quer para prestigiá-los, quer para fortalecer-lhes a posição, a fim de que possam assumir e desempenhar plenamente sua verdadeira função social.

Completando o ciclo das providências destinadas a assegurar melhores condições de vida para os trabalhadores, o Govêrno, neste

momento, cogita de promover a unificação administrativa da previdência social, a qual será realizada mediante a criação de um Instituto único, de natureza autárquica — o Instituto Nacional da Previdência Social. Essa unificação não representará apenas a fusão dos atuais Institutos de Aposentadoria, mas encerrará, também, a inclusão dos trabalhadores rurais e domésticos na previdência social, o que praticamente importará na cobertura, por esse sistema de seguro social, da inteira população brasileira. Ao contrário do que já fazem espalhar os inimigos da Revolução, essa unificação se cingirá exclusivamente aos aspectos administrativos da organização dos Institutos, não envolvendo quaisquer alterações ou restrições dos atuais planos de distribuição de benefícios.

Desejo agora discutir com os trabalhadores problema de importância fundamental para as relações sociais entre trabalhadores e empregadores. Refiro-me à questão da estabilidade, assunto que vem sendo objeto de sistemática deturpação e de debate inteiramente emocional.

Conforme mencionei ao discursar em Belo Horizonte, por ocasião do segundo aniversário da Revolução, não vim para destruir e sim para melhorar. Prometi aos trabalhadores que nada seria feito sem ampla audiência dos órgãos de classe e apresentei ao debate democrático uma proposta construtiva, para resolver um problema que não pode ser ignorado, em face do que o sistema atual representa de angústia humana e ineficiência econômica.

Tem-se desvirtuado as intenções do Governo ao afirmar-se que pretende extinguir a estabilidade. Na realidade, a estabilidade é hoje uma ficção e o Governo propõe que se criem condições para que uma real estabilidade venha a existir.

Levantamentos estatísticos cuidadosos indicam que, de cada cem trabalhadores brasileiros, 29 têm menos de um ano de serviço, 35 entre um e quatro anos e 19 entre quatro e nove anos de casa.

Os nove anos de serviço representam barreira quase intransponível e as estatísticas registram que apenas dois operários em cada cem estão na faixa de nove a dez anos de emprego contínuo. Isso porque as empresas, receando acumular um passivo trabalhista e apreensivas também quanto ao desinteresse do trabalhador estável em relação à produtividade, resolveram valer-se da própria

lei para matar a estabilidade, despedindo o operário que dela se aproxima e pagando-lhe a indenização prevista. Que adiantam as boas e justas intenções da lei diante dessa realidade que todos conhecem, temem e padecem? As estatísticas ainda registram que, na média brasileira, apenas 15 trabalhadores em cada cem haviam alcançado estabilidade, e assim mesmo nas empresas mais antigas e nas regiões e indústrias menos dinâmicas.

Neste mesmo Estado da Paraíba, de cada cem trabalhadores, 87 têm menos de nove anos de serviço, apenas um empregado atingiu a faixa crítica entre nove e dez anos de casa, e apenas 12 completaram o tempo necessário para a estabilidade legal.

A dura realidade é que, após mais de 30 anos de funcionamento, o sistema se tornou cada vez menos significativo, traduzindo-se em contínua inquietação para o trabalhador, que vê a miragem da estabilidade transformar-se no fantasma do desemprego, e contínua preocupação para o empregador, que prefere sacrificar o treinamento e a experiência adquiridos pelo empregado, com receio da indenização em dobro e da indisciplina no trabalho.

O Governo não podia e não devia ficar indiferente às deformações e imperfeições que a atual lei apresenta, e por isso se dispôs a propor os necessários aperfeiçoamentos, para conciliar os interesses da estabilidade social dos trabalhadores com as exigências do desenvolvimento econômico do país.

Eis porque submeteu à discussão um projeto que prevê a formação contínua de um pecúlio a favor do empregado, por depósitos mensais feitos pelo empregador. Isso corrigiria a injustiça da atual lei, em que o empregado a nada tem direito se deixa o emprego em busca de melhor oportunidade, sua família nada recebe em caso de seu falecimento, nenhuma indenização lhe é devida se completa uma longa vida de serviço na empresa e nada recebe, ou recebe com atraso e parcialmente, em caso de insolvência da empresa. O pecúlio constituído em seu favor seria transferível para qualquer novo emprego e serviria de base para financiamento de casa própria pelo Banco Nacional de Habitação.

O sistema de proteção ao trabalhador se comporia assim de três elementos : o pecúlio capitalizado ao longo do tempo, o seguro-

-desemprego no intervalo, se existir, entre ocupações, e o seguro de manutenção de renda, quando obtiver financiamento de casa própria no Banco Nacional de Habitação.

Apesar da insistente deformação dos propósitos do Governo e da exploração da boa-fé dos trabalhadores, o debate levou ao reexame de grave problema social. Inúmeras sugestões e contribuições foram recebidas. Delas, a mais importante partiu de vários grupos operários desejosos de conservarem a liberdade de escolha entre os dois sistemas, e por isso mesmo favoráveis a que tivesse o projeto do Governo caráter simplesmente facultativo. Contratados dentro do atual sistema de Consolidação das Leis Trabalhistas, teriam os operários, subsequenteemente, o direito de optarem entre o fundo de garantia do tempo de serviço e a estabilidade nos moldes hoje vigentes. Também aos já empregados seria facultado escolherem livremente o que julgassem mais conveniente para eles próprios. Assim, como tanto parecem almejar e apregoar os que têm deformado e explorado as intenções do Governo, a estabilidade continuará intocável. Dela não se mudará uma linha. Mas isso sem prejuízo daqueles que, por haverem compreendido livremente quanto é ilusória, preferirem outro sistema. Assim, não se vedaria a estes a possibilidade de formarem um pecúlio, transmissível a suas famílias e utilizável para financiamento de casa própria, abrindo-se-lhes ainda a possibilidade de se tornarem realmente estáveis pelo desinteresse do empregador em despedir empregados treinados, livre que está do perigo de acumulação de um passivo trabalhista.

O Governo é sensível aos argumentos dos que desejam comparar na prática as vantagens dos dois sistemas e reconhece que uma campanha difamatória e demagógica espalhou sementes de dúvida entre muitos trabalhadores. Para dissipar qualquer apreensão, e demonstrar que o Governo somente propôs um aperfeiçoamento e não uma mutilação de direitos, determinei que o projeto a ser apresentado ao Congresso Nacional seja modificado, para tornar facultativo para o empregado optar democraticamente pelo sistema que preferir, com tôdas as cautelas para que seja uma opção livre, sem quaisquer injunções.

Unâmo-nos todos no esforço, que é, também, um dever, de ativação do desenvolvimento nacional, pela disciplina do trabalho, pela austeridade no consumo, pelo sentido de responsabilidade na administração pública e na empresa privada, para que a nossa sociedade possa corrigir injustiças e abrir oportunidades de emprego e de progresso.

Congratulando-me com a classe trabalhadora do Brasil pela passagem do Dia do Trabalho, desejo agradecer, a todos e a cada qual em particular, a compreensão demonstrada pela família operária brasileira dos elevados propósitos do Governo, ao promover, embora com sacrifícios suportáveis, mas impostos pelas contingências da realidade nacional, a reabilitação do país. Somente assim conseguiremos assegurar, para todos, um futuro tranqüilo, uma existência digna e confortável, enfim, a segurança de dias melhores vividos em condições que só poderão enaltecer e enobrecer os que, com o suor de seu rosto, trabalham pela grandeza do Brasil.

É com especial satisfação que vos falo desta progressista cidade e dêste valoroso Estado, cuja população está tão marcada por aquelas magníficas virtudes de energia, tenacidade e amor à ordem que caracterizam os nordestinos. Qualidades que certamente muito ajudarão a obra de renovação administrativa a que se propõe o Governador João Agripino, cujo passado de lutas e dedicação à causa pública constituem a segurança de um fecundo período de trabalho para a Paraíba. Trabalho ao qual, como é do seu dever, estará presente o Governo Federal, hoje mais do que nunca empenhado na sagrada batalha da redenção do Nordeste. Saúdo, pois, na pessoa do ilustre Governador, esta ativa e laboriosa unidade da Federação brasileira.